

Movimento Estudantil, Quem disse que sumiu?

Coordenadores: *Prof^a Ms. Selma Martins Duarte*
Prof^a Mtda. Suzane Conceição Pantolfi Tostes

Movimento Estudantil e Universidade Pública

Selma Martins Duarte¹
Suzane Conceição Pantolfi Tostes²

Presenciamos nos últimos meses as ocupações de reitorias e manifestações por estudantes em alguns estados do Brasil, como por exemplo, no Rio de Janeiro e no Paraná. O motivo que levou os estudantes a ocuparem as reitorias foi a precarização do Ensino Superior Público, manifesta na falta de professores e funcionários; falta de assistência estudantil; falta de bolsas de pesquisa e extensão; falta de infra-estrutura, entre outros elementos. Essa situação vivenciada pelos estudantes insere-se na crise social brasileira, que tem eco em outros setores como a greve nacional dos trabalhadores dos correios, greves dos bancários, greves de professores e funcionários de Universidades e escolas em diversos Estados. Nas pautas de reivindicações destacam-se a busca por melhores condições de trabalho, de ensino-aprendizagem e salários dignos.

Para entendermos a situação atual dos estudantes, professores e funcionários inseridos nas Universidades Públicas no Brasil, é preciso recuar ao passado para recuperar as discussões acerca da funcionalidade da Universidade Pública no país.

A partir de 1970 houve uma expansão dos cursos nas Universidades Públicas pelo país, com isso gerou-se uma ampliação das classes sociais que passaram a frequentar as Universidades. Essa ampliação aconteceu devido a necessidade de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, que significava ter um diploma de curso superior. Porém, paralelo a essa ampliação e massificação do Ensino Superior Público, ocorreram reformas nas Universidades para que as mesmas pudessem se adequar as novas demandas neoliberais capitalistas.

¹ Professora SEED/ UNIOESTE.

² Aluna do Programa de Pós – Graduação em História pela UNIOESTE.

A intensificação do processo de reforma nas Universidades se processou de forma acelerada chegando à década de 1990 ao seu auge. A partir desse momento a Universidade passou a exercer a função operacional, e teve que demonstrar sua qualidade através da competição, consigo mesma, e com outros lugares de ensino. Segundo a filósofa Marilena Chauí, esse momento foi marcado por “[...] aumento insano de horas-aula, diminuição do tempo de mestrado e doutorado, avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, multiplicação de comissões e relatórios, etc.” (1999, p. 221)³, além da “flexibilização” dos contratos de trabalho dos educadores. Diante desse novo modelo de ensino superior operacional a Universidade Pública, conforme Chauí, perdeu sua “marca essencial da docência: a formação.” (1999, p. 221).

Neste contexto social a Universidade Pública e parcelas dos estudantes passaram a reproduzir a lógica do mercado de trabalho. O foco deslocou-se da formação para a rápida aquisição de um diploma e qualificação pessoal, sem preocupação com a sociedade na qual estão inseridos e mesmo com o baixo número de vagas no mercado de trabalho. Uma das consequências dessa postura individualista tem sido a não disposição, de muitos estudantes, em participar e organizar o movimento estudantil dentro das Universidades.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, estatizada em 1994, foi criada com uma característica multi-campi, com muitas diferenças regionais e problema orçamentário. Assim como as demais Universidades Estaduais do Paraná, a Unioeste foi diretamente afetada pelo sucateamento educacional, gestado no bojo dos governos neoliberais, como os de Fernando Enrique Cardoso, em âmbito nacional, e de Jaime Lerner, no âmbito estadual.

Durante as gestões de Roberto Requião, como governador do Estado do Paraná, houve conquistas para a Unioeste, como a realização de concursos e contratação de profissionais, reposição de parcela das perdas salariais dos servidores, e ampliação dos valores das bolsas de iniciação científica (concedidas através das Fundações de fomento - Araucária, no Paraná, e CNPq e Capes, no país). Porém, é necessário destacar que estas importantes conquistas, negociadas pelos sindicatos, serviram para minimizar o grave quadro em que se encontrava o Ensino Superior no Estado do Paraná. Mas para

³ CHAUI, M. S. Universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hégio (org.). *Universidade em Ruínas: na República dos professores*. RJ: Vozes/RS: CIPEDS, 1999.

que a Universidade goze de boas condições para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão de qualidade, muito ainda precisa ser feito.

Beto Richa atual governador do Estado do Paraná, frisa com frequência em seus pronunciamentos públicos que a prioridade de seu governo é a educação. Porém, desde o início de seu mandato, em janeiro de 2011, vários cortes de orçamento destinados à educação foram anunciados, atingindo também as Universidades Estaduais. No mês de setembro de 2011 a mídia veiculou a informação que o governador teria voltado atrás e liberado verbas para as Universidades. O descaso com a educação de Beto Richa também é visível no tratamento às escolas públicas. Recentemente a Secretaria de Educação do Estado anunciou que fecharia turmas, agrupando os alunos em turmas maiores, para diminuir o número de professores em sala, precarizando ainda mais as condições de trabalho, com turmas super lotadas. Após manifestação de professores e da comunidade o governador também voltou atrás na decisão. Observa-se nessa política do Estado o descaso com a educação pública em todos os níveis.

Diante dos cortes orçamentários e da pauperização das Universidades estaduais houve uma reação organizada do Movimento Estudantil, por exemplo, na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Os estudantes fizeram manifestações reivindicando aumento de verbas para as universidades públicas, maior infra-estrutura aos campi extensivos da UEM e melhorias no Restaurante Universitário (RU). Os estudantes da UEM conseguiram uma reunião com o secretário da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), Alípio Leal, realizada no dia 30 de agosto. Após a reunião os estudantes desocuparam a reitoria, e aguardam o cumprimento, por parte do governo e reitoria, de suas reivindicações.

Na UNIOESTE os estudantes também estão mobilizados, mas é importante ressaltarmos que as condições estruturais da Unioeste ainda estão muito aquém das condições da UEM. Por essa razão, na pauta de reivindicações estudantis em Marechal Cândido Rondon, da mesma forma que nos demais campi, destacam-se: criação de Restaurantes Universitários e de Casas de Estudantes. Como a Universidade é Multicampi, os estudantes encontram certa dificuldade de articulação com os demais campi, e o grau de mobilização é diferente em cada campus. Para aprofundarmos a análise nesse artigo concentraremos nossa discussão sobre o Movimento Estudantil do Campus de Marechal Cândido Rondon – PR.

O movimento estudantil na Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon foi criado no final da década de 1980. Desde então, acompanha todas as transformações na

Universidade e tem criado formas de resistência às políticas de sucateamento impostas ao ensino superior público.

A heterogeneidade e divergência em relação ao método de condução das políticas estudantis, dentro da Universidade, são características do movimento estudantil. Mesmo que as entidades estudantis não consigam mobilizar amplos setores de sua base, sua organização e pautas de demandas representam de forma significativa uma expectativa da grande maioria da comunidade acadêmica. Porém, deve-se ressaltar que as divergências entre os estudantes interferem no processo de agregação da base, bem como, nas decisões sobre as estratégias a serem tomadas para conquistar assistência estudantil e melhores condições no Ensino Superior Público.

Em sua trajetória o Movimento Estudantil em Marechal Cândido Rondon defendeu bandeiras de lutas em defesa da universidade pública e gratuita e com qualidade. Inicialmente destacaram-se as reivindicações em defesa da autonomia da universidade, contratação de funcionários e professores, e construção de salas de aula e laboratórios. No decorrer dos anos, os estudantes passaram a encabeçar além dessas, outras bandeiras, tais como: espaço físico para os Centros Acadêmicos (CAs) e Diretório Central dos Estudantes (DCE); contratação de professores e funcionários; fim da cobrança de taxas (carteirinha da biblioteca, histórico escolar e declaração de matrícula); construção de Restaurante Universitário; construção da Casa do Estudante; aumento do valor e da quantidade de bolsas de pesquisas e extensão; entre outras bandeiras.

Dentre as reivindicações mencionadas, houve conquistas do movimento estudantil, como, por exemplo, sedes provisórias para as entidades, fim das taxas apresentadas acima, concursos e contratação de professores e funcionários, suprimindo parte da deficiência do quadro funcional. No entanto, muitas demandas do movimento estudantil não foram concretizadas, tanto pela ausência de sensibilidade para uma política estudantil, por parte da gestão da universidade, quanto por falta de recursos financeiros destinado à assistência aos estudantes, por parte do Estado.

Na busca para solucionar esses problemas acima citados, recentemente o movimento estudantil do campus de Marechal Cândido Rondon, através da organização do conselho de entidades, tem mobilizado os estudantes para discutir e reivindicar melhorias na educação e assistência estudantil - destacando-se a construção do Restaurante Universitário.

Diante do exposto, observa-se que as recentes ocupações de reitorias e manifestações dos estudantes em Universidades do Estado do Paraná e do país, resultam de uma demanda reprimida por assistência estudantil, bem como, melhorias na infraestrutura e também no ensino, pesquisa e extensão, gratuitos e de qualidade. Neste sentido, a organização dos estudantes tem buscado reverter a precarização e sucateamento da Universidade Pública.

Reforma universitária e o descaso com o Ensino superior no Brasil

*Joselene Ieda de Carvalho*⁴
*Paulo Roberto da Costa Sartori*⁵

Desde a década de 1970, há um sucessivo processo em curso de Reforma Universitária, atendendo as mudanças e novos interesses do capital. Numa primeira etapa, tornou-se universidade funcional; na segunda, universidade de resultados, e na terceira, operacional⁶. As reformas são transmitidas a comunidade acadêmica, como “melhorias”, mas o que temos observado é que as universidades públicas, por exemplo, estão passando por nítido processo de sucateamento. Diante desse quadro o movimento estudantil se faz essencial nas discussões e lutas deste processo, para que a educação seja realmente de qualidade e um direito de todos.

A universidade funcional surge nos anos 70, idealizada para a classe média, a base de sustentação da Ditadura Militar, e tinha como objetivo a formação rápida de profissionais qualificados para o mercado de trabalho. A universidade de resultados surge nos anos 80, e é gestada como consequência da etapa anterior. Neste período, se introduz a parceria público-privado, onde a universidade pública se associa a interesses dos setores privados, além da constante avaliação dos resultados das instituições conforme a utilidade imediata de suas pesquisas e facilidade em produzir profissionais para o mercado. Já a universidade operacional, é delineada durante os anos 90 e tem como principal característica o fato de que sua estrutura de gestão esteja voltada para si mesma, regida por normas e padrões de eficiência, alheios ao conhecimento e à formação intelectual.

Todas as etapas das reformas citadas acima buscaram redefinir as responsabilidades do Estado para com o ensino superior. Transferindo essa responsabilidade a instituições privadas, sob o argumento de modernização do Estado, dizendo que o mesmo não teria condições de prestar tais serviços, por não ser eficiente na administração das instituições e por não haver recursos suficientes para atender toda a demanda do ensino superior. O ensino passa assim a obedecer às lógicas empresariais

⁴ Acadêmica do 2º ano de História da UNIOESTE.

⁵ Acadêmico do 1º ano de História da UNIOESTE.

⁶ Essa expressão é de Michel Freitag em *Le naufragel l'université*, Paris, Editions de La Découverte, 1996. Apud: CHAUI, M. S. *Universidade em ruínas*. In: TRINDADE, Hégio(org.). *Universidade em Ruínas: na República dos professores*. RJ: Vozes/RS: CIPEDES, 1999. P.218.

de gestão. O que temos percebido é que a educação superior de direito social passou á um mero serviço determinado pela lógica de mercado e do lucro.

As atuais reformas nas instituições públicas visam à diminuição da autonomia universitária e o nítido sucateamento das mesmas em detrimento da esfera privada. Nos argumentos utilizados há afirmações no sentido de que a universidade atende somente poucas pessoas, ou seja, aqueles que conseguem receber bolsas remuneradas, mas que mesmo assim não é o suficiente, pois o valor não chega a um salário mínimo. Isso faz com que muitos universitários tenham que trabalhar se quiserem cursar uma universidade pública.

No ano de 2011, mesmo diante de uma ampla mobilização estudantil com grande pauta de reivindicação, a "grande" mídia pouco tem noticiado as manifestações. Quando o faz, muitas vezes criminaliza o movimento, que tem ido a luta devido alguns problemas que tem se tornado cada vez maiores, como cortes de bolsas de estudos, corte nos financiamentos para pesquisas, altos custos de moradia e alimentação, entre tantas outras coisas. A presença do movimento estudantil que vem sendo constante em todo o processo histórico, permanece nos dias atuais.

As reformas se baseiam na dita eficiência do setor privado. Por meio de ações de diversificação das fontes de financiamento, promovendo a captação de recursos no mercado, seja através de parcerias público-privado, seja na prestação de serviços. Pois segundo a cartilha do Banco Mundial e a lógica desses setores, as instituições públicas têm de ser úteis ao setor "produtivo" e devem atender aos interesses empresariais. Portanto, o que percebemos é que importa mais a quantidade, do que a qualidade dessa produção e o que tem como consequência é um grande número de profissionais formados em menos tempo.

Diante de tudo isso, fica clara a intenção de desestruturação da Universidade pública em detrimento do setor privado e de interesses de políticos e magnatas ligados ao setor. Interesses esses que não beneficiam a grande maioria da população, pois não possuem um caráter de universalidade, onde as instituições públicas deixam de ser gratuitas. O que se necessita na verdade, é ampliar esse caráter de universalidade, aumentando o número de vagas nas instituições públicas. Também é preciso aprimorar qualidade do ensino, pesquisa e extensão e criar uma política de assistência estudantil, através da construção de casas do estudante, restaurantes universitários, aumento do valor e do número de bolsas de estudo, financiamentos para pesquisas, entre tantas outras coisas.

Causas essas, que devem ser capitaneadas pelo estudante, pelo movimento estudantil, pela sua máxima importância de defesa e luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade que é direito de todos nós. Pois é só através da luta que os objetivos serão alcançados, e as reivindicações representam o primeiro passo para as conquistas do movimento estudantil.

História e Movimento Estudantil

*Alex Sander Sanoto*⁷
*Guilherme Dotti Grandó*⁸

A construção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade tem que ser pensada como um processo de luta, e o movimento estudantil, dentro desse processo, assume um papel protagonista nessa luta. Recentemente os estudantes de universidades como, por exemplo, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), A Universidade Federal Fluminense (UFF) mostraram a força de tal protagonismo. Essas mobilizações pautavam reivindicações que não deixavam de lado a preocupação com um projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade. Neste sentido, levantam-se questões sobre políticas de assistência estudantil, discussões acerca de investimentos, recursos, modelos e perspectivas para a universidade.

Trata-se de um momento de luta que não está distante de nós na UNIOESTE, seja enquanto acadêmicos ou então, como futuros acadêmicos. A universidade que queremos não é um presente, uma “dádiva” caída dos céus diretamente para o colo dos estudantes. Pelo contrário, a universidade que queremos é expressão de um processo de disputa. A universidade é um direito e não como um privilégio, não é construída alheia aos interesses dos estudantes e do movimento estudantil.

Esse papel assumido pelo movimento estudantil, de defesa de um projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade, pode ser discutido historicamente. Portanto, podemos fazer aqui um rápido balanço da trajetória do movimento estudantil, bem como de suas formas de organização, visando com isso entender o próprio contexto do movimento estudantil hoje.

No Brasil o movimento estudantil começou de maneira instável e com pouca voz ativa, e veio a ganhar força apenas na década de 20, quando foi realizado o I Congresso Nacional dos Estudantes, dando existência a Casa do Estudante do Brasil. Durante a década de 1930, o movimento estudantil organiza a construção de entidades e associações de representação. Dentro desse contexto, colocam-se organizações que vão, por exemplo, desde a Federação Vermelha dos Estudantes até a Juventude Integralista.

⁷ Acadêmico do 1º ano de História da UNIOESTE.

⁸ Acadêmico do 3º ano de História da UNIOESTE.

E é também dialogando com esse cenário que se organiza a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Durante sua trajetória, o movimento estudantil se propôs a defender seus interesses, ligados a defesa de um determinado projeto político de universidade. Nessa experiência, construiu suas entidades de forma representativa na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. A importância histórica que tais entidades possam assumir, ou não, tem de ser pensada também na medida em que as bandeiras levantadas por tais entidades expressam as demandas do movimento estudantil.

No caso da UNE, por exemplo, essa representatividade dos interesses do movimento estudantil pode ser encontrada em momentos históricos como a campanha “O Petróleo é nosso” e também em dimensões da luta contra a ditadura civil-militar no Brasil, entre outros. No entanto, já a partir de meados da década de 1990 e, principalmente, na primeira década do século XXI, a UNE se afastou dessa relação de defesa de um projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade. Aspectos dessa mudança podem ser percebidos no atrelamento da entidade á propostas de precarização e intensificação do ensino público.

Ao procurarmos fazer essa retomada breve pontuando a relação entre o movimento estudantil, suas formas de representação e a universidade, a intenção de tal exercício é de pensar elementos que possam nos ajudar a entender e agir sobre os nossos próprios desafios. Os estudantes na União vivenciam um momento importante. Tratam-se de lutas que abarcam questões relevantes na defesa de um projeto de universidade, mas também de um projeto de mundo. Neste sentido, pensar a relação entre o movimento estudantil e as formas como se articulam com suas entidades é parte relevante da própria defesa de um projeto de universidade e de mundo.

Este momento que é construído pelo movimento estudantil coloca a possibilidade de pensarmos formas e estratégias de enfrentamentos. E nesse processo que se apresenta a possibilidade da construção de projetos que dê conta das demandas dos estudantes. E a relação que as entidades estudantis assumem com o próprio movimento se delineiam exatamente no seu esforço em articular essas demandas com projetos coerentes com elas.

“Quem paga a banda, escolhe a música”

*Luana Milani Pradela*⁹

*Vânia G. Inocêncio*¹⁰

A juventude cumpriu e vem cumprindo um papel muito importante nas lutas sociais e mesmo nas lutas históricas contra as formas hegemônicas da sociedade capitalista. Ao buscar a história, temos exemplos significativos da participação dos estudantes no Brasil, como o maio de 1968, a luta contra a repressão da ditadura militar (1964-1985), e no período Collor, a busca pelo Impeachment (ocorrido em setembro de 1992). Com base nesses exemplos, a atuação política do movimento estudantil foi muito importante na construção da história do Brasil.

Em todos os momentos citados acima o movimento estudantil contou com a participação de uma importante entidade estudantil que lhes representava: a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, que nesses períodos esteve à frente dos interesses dos estudantes, na luta pela universidade pública gratuita, contra a ditadura na luta direta pela liberdade de expressão e contra as tentativas de privatização das Universidades.

Observamos que nos últimos anos houve um afastamento da UNE dos movimentos de base, por exemplo, nas ocupações organizadas com a maioria das entidades reconhecidas como entidades de base Centros Acadêmicos (CA's) e Diretórios Centrais de Estudantes (DCE's) independentes. Dentre os estudos que buscam entender o posicionamento da UNE na atualidade, bem como o afastamento da entidade de amplos segmentos dos estudantes, utilizaremos algumas análises feita pelo professor Dr. Álvaro Bianchi: O autor discute no livro *Transgressões*¹¹ que existe um esgotamento nesses movimentos desde meados da década de 90, existindo nesse período apenas manifestações esporádicas e locais, no seu texto o autor relaciona a burocratização dos partidos políticos demonstrando a forma como essa burocratização influencia nas entidades representativas discutindo assim a "subordinação" relacionada às entidades representativas dos estudantes e também dos trabalhadores.

Nesse contexto, o que se percebe é que o movimento estudantil (ME) esteve paralisado durante algum tempo, principalmente durante o governo Lula - PT,

⁹ Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE.

¹⁰ Acadêmica do 3º ano de História da UNIOESTE.

¹¹ BIANCHI, Alvaro. **Emergência e Contestações**. In: *Transgressões: As ocupações estudantis e a crise das universidades*. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

desarticulando o interesse inicial dos estudantes com a entidade, partidarizando-a. Juntamente com o atrelamento da UNE ao Governo Lula, deu-se continuidade ao processo de privatização do ensino, com a implementação do PROUNI e do REUNI. É importante ressaltar que esse atrelamento não se dá apenas com o governo PT, que é o caso do Paraná, onde recentemente saiu no site do governo membros da União Paranaense dos Estudantes (UPE) que recentemente se aliou com o governador Beto Richa do PSDB, buscando o financiamento do Governo para a reforma do casarão sede da UPE localizada em Curitiba, nesse caso se "quem paga a banda escolhe a música" será que os estudantes farão parte da festa?

Observa-se a partir do fragmento de fala da ex-presidente da UNE, Lúcia Stumpf, que na contemporaneidade o papel da UNE, segundo a visão da depoente, se diluiu:

“A UNE parece perder visibilidade porque estamos em um regime democrático e dividimos a atenção e as lutas com outras entidades. Mas a UNE é uma sobrevivente. Enquanto nossos dirigentes eram assassinados, presos e exilados, outros movimentos eram perseguidos e acabavam desorganizados. Por termos resistido, somos tão importantes hoje como no passado”¹².

Na perspectiva de Lúcia Stumpf a UNE tem importância pelo seu passado, porém, no contexto de “democracia em que vivemos” o papel da entidade fora ofuscado. No entanto, observa-se que as pautas de reivindicações estudantis na atualidade são enormes, e apontam para outra direção, de que a mobilização dos estudantes é necessária para assegurar ensino público com qualidade e acesso e permanência dos estudantes no ensino superior. Cabe aqui nos questionarmos: Será mesmo que a história é feita apenas de seu passado?

A conjuntura que vivemos é de luta. Várias universidades públicas estão com suas reitorias ocupadas pressionando o Governo Federal e Estadual pela melhoria da educação e contra o sucateamento das mesmas. O que se observa nas falas dos estudantes é que esses movimentos não contam com a participação e com o apoio da entidade que historicamente foi construída para representar os estudantes – a UNE – e desta forma estão se articulando de maneira independente, buscando novas formas de organização para um movimento próprio e autônomo.

Desde 2007, com a ocupação das principais reitorias - como USP, UNB, UFMG - o movimento independente busca formas de se organizar sem contar com a

¹² <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u383070.shtml>. Acessado em 13/10/11.

UNE, formando a Frente de Lutas Contra a Reforma Universitária. Esse movimento necessitou de uma entidade representativa, impulsionando o Congresso Nacional de Estudantes (CNE) em 2008, que apontava a proposta da criação de uma nova entidade estudantil e que se consolidou em 2009 com a construção da Assembleia Nacional de Estudantes Livres (ANEL), opondo-se as ideias da UNE e reforçando a importância de um movimento organizado heterogêneo e político, agregando parte desse movimento que surgiu autônomo e independente, e que busca na sua organização assembleias nacionais e estaduais nas quais podem fazer parte de sua direção membros de DCE e CAs, desde que mantenham independência e autonomia política.

Portanto, a conjuntura que vivemos é de anúncios de corte de verbas, ampliação das universidades sem qualidade e falta de assistência estudantil. Será que para os estudantes é mais importante milhões do Governo para a reforma de sedes da UNE E UPE, mesmo que isso implique em perda da autonomia financeira dessas entidades? Parece que para alguns segmentos do Movimento Estudantil sim, pois mais uma vez tendem a se curvar para o Governo abandonando as pautas de reivindicações estudantis. Como o título do artigo demonstra: "quem paga a banda escolhe a música"!

O espetáculo das ocupações: Estudantes ou Vilões?

Elionay R. Marques¹³

Lucas B. Fano¹⁴

Como sabemos, a comunicação não transmite apenas informações, ela tem o poder de construir ou manter opiniões que podem ou não se reverter em ações. Nesse sentido, pretendemos analisar aqui como a mídia se porta frente a uma questão polêmica na atualidade: as ocupações de reitoria pelos estudantes de universidades públicas no Brasil. Retratadas muitas vezes como atos de vandalismo, as ocupações são uma resposta contrária às constantes tentativas de diminuição do espaço público e da autonomia universitária, um ato estratégico na luta pela defesa da universidade pública e, num sentido maior, pela defesa da educação para todos, como veremos na sequência. A mídia, por sua vez, utiliza essas ocupações e manifestações como uma ótima oportunidade de espetacularizar o assunto, não problematizando o real motivo que os levou a tal decisão.

Historicamente a universidade é inseparável das ideias de formação, reflexão, criação e crítica, princípios fundamentais para uma educação de qualidade. Essa educação é um direito conquistado através das lutas sociais nos últimos séculos, e é o mínimo que o Estado deve garantir aos cidadãos. A universidade pública ainda é um dos poucos espaços onde o saber pode ser construído pelos sujeitos, e não apenas transmitido mecanicamente. No entanto, cada vez menos pessoas tem acesso a esse saber, que propõem uma reflexão crítica do real e pode levar à mudanças, ao contrário do saber transmitido que, como a própria palavra informa, impõe um conhecimento (visão de mundo imposta para todos, sem levar em conta outras visões de mundo) sobre outro. Para que a construção do conhecimento seja possível, o espaço da universidade não pode ser utilizado apenas para transmitir o saber especializado.

O Brasil, situado dentro da lógica do capital, vem sofrendo reformas neoliberais desde a década de 1990, pautadas no discurso elitista do “progresso” econômico. No entanto, direitos garantidos democraticamente como a educação também estão inseridas nessas reformas, perdendo o seu significado social: é a venda do saber. Como resposta a essa questão, nesse ano de 2011, ocorreram algumas ocupações de reitorias de universidades públicas no país. Segundo Alvaro Bianchi, as ocupações

¹³ Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE.

¹⁴ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE.

representam um ato simbólico de reapropriação pelos sujeitos sociais de um espaço que deveria ser público, com os estudantes exercendo seus direitos, redefinindo os termos da discussão “... e argumentando, com seus atos, em favor da autonomia universitária e da defesa de uma universidade pública”¹⁵. O movimento estudantil exige condições mínimas para que todos tenham acesso à educação e consigam se manter na universidade, como: restaurante universitário, casa do estudante e maiores valores das bolsas de auxílio para pesquisa.

Vejamos um caso específico. No dia 25 de agosto deste ano, cerca de 500 estudantes da Universidade Estadual de Maringá (UEM) ocuparam a reitoria, situada em um prédio da instituição. Em um chamado publicado no blog “Movimente-se UEM”, o Diretório Central dos Estudantes manifestou as razões pelas quais vieram a tomar essa decisão: “Protestamos contra o corte de verbas do Governo Estadual e Federal. 38% de cortes em nossas Universidades Estaduais causam um déficit cada vez maior em uma educação que já é precária. Buscamos um canal de ligação direta com o Governo do Estado para acatar as nossas reivindicações”¹⁶. Além do óbvio desfalque de verbas para a assistência estudantil, entendemos também que esse corte diminui a autonomia universitária, uma vez que a universidade precisa de recursos financeiros para exercer essa autonomia. Por isso, é um bom exemplo da diminuição cada vez maior do espaço público, tendo como pano de fundo as políticas neoliberais, forçando as universidades a buscarem parcerias com empresas privadas para se manter, o que dissocia o significado social de universidade pública.

No sítio eletrônico do jornal “O Diário”, de Maringá, percebemos as tentativas de criminalização do fato, quando são enfatizadas algumas questões e outras são “esquecidas”: “Uma porta do prédio da reitoria foi quebrada durante a ocupação – lideranças do DCE afirmam que providenciarão o conserto. Depois da invasão, os funcionários da UEM que deixavam o prédio eram impedidos de voltar”¹⁷ (grifo nosso). Podemos perceber como a mídia trata esse tipo de manifestação, chamando-a de invasão sem problematizá-la, o qual invasão remete a um ato ilegal enquanto ocupação, termo corretamente usado, caracteriza protesto, ato de reivindicar. Assim, para o jornal, os

¹⁵ BIANCHI, Alvaro, org. **O movimento estudantil e as ocupações**. In: *Transgressões: as ocupações estudantis e a crise das universidades*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008 (p. 23-24).

¹⁶ http://movimenteseuem.blogspot.com/2011/08/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x_26.html. Acessado em 12/10/2011.

¹⁷ <http://m.odiariorio.com/maringa/noticia/476915/reitoria-da-uem-e-ocupada-por-estudantes.html>. Acessado em 12/10/2011.

estudantes estão atrapalhando o funcionamento da universidade, como nos informa uma matéria publicada no sítio de notícias da Rede Globo, o “G1”, no mês de agosto: “Com a ocupação, a universidade não soube responder como o expediente deve funcionar nesta sexta-feira (26). É possível que alguns setores parem, com exceção da procuradoria jurídica”¹⁸. Dessa forma, a mídia “esquece” de situar a ocupação em um processo histórico mais amplo, e os estudantes aparecem como vilões na história, atrapalhando o funcionamento de uma instituição pública.

Portanto, resta-nos perguntar, a universidade continuará pública até quando? A ausência de informações importantes, algumas delas explicitadas nesse texto, acentua a posição política tomada pelos principais meios de comunicação frente à questão das ocupações de reitoria pelo movimento estudantil, o que demonstra que o caminho para que todos tenham mesmo acesso à educação é longo e, também, que a luta de classes continua.

¹⁸ <http://g1.globo.com/parana/noticia/2011/08/alunos-protestam-contr-estrutura-do-ru-na-universidade-de-maringa.html>. Acessado em 12/10/2011.

Referências Bibliográficas

BRAGA, Ruy; Bianchi, Alvaro; Carneiro, Henrique. O movimento estudantil e as ocupações. Bianchi, Alvaro (org). In: **Transgressões: as ocupações estudantis e a crise das universidades**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

BIANCHI, Alvaro, (org). Emergência e Contestação. In: **Transgressões: as ocupações estudantis e a crise das universidades**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

CHAUÍ, Marilena S. Universidade em ruínas. In: TRINDADE, Héliogio(org.). **Universidade em Ruínas: na República dos professores**. RJ: Vozes/RS: CIPEDES, 1999. P.218.

FILHO, João Roberto Martins (org). Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor. In: **1968 faz 30 anos**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp; São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

FORACCHI, Marialice Mencarini. O movimento estudantil. In: **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Pioneira [Ed. Universidade de São Paulo], 1972.

LEHER, Roberto. Contra-reforma universitária do governo Lula: Protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais. In: **Margem Esquerda**, número 3: Abril de 2004.

<http://www.dialogosuniversitarios.com.br/pagina.php?id=446>